

# O desafio do desodorante e o chamado por um pacto coletivo



» SUELEN VALENTE  
Professora da Faculdade de Comunicação da UnB (FAC-UnB), pesquisadora do projeto Letramento Transmídia, Práticas Comunicacionais e as Realidades Brasileiras

Sentimos ali que brincar salva. É por meio da brincadeira que a criança experimenta, elabora, cria vínculos; é brincando que ela desenvolve sua relação com os outros e consigo mesma, que se constrói como sujeito e se vê pertencer.

Mas o que acontece quando a brincadeira se desloca para uma "praça pública digital"? Foi dentro de casa, em um ambiente aparentemente seguro, que a pequena Sarah Raissa Pereira de Castro, de apenas 8 anos, participou de um "desafio" que circulava nas mídias sociais. Uma simples brincadeira, ao que parecia: inalar um desodorante, que levou a um desfecho, infelizmente, trágico.

O que esse novo "brincar" revela sobre os riscos que as crianças enfrentam em um ambiente que premia o engajamento a qualquer custo? As mídias digitais transformaram o modo como as crianças brincam, interagem e aprendem — e exigem dos adultos um novo repertório para acompanhar, compreender e proteger. Mas é preciso reconhecer: nenhuma família será capaz de enfrentar sozinha as engrenagens de um sistema que opera com base na captura da atenção e na monetização de dados.

Em campanha recente, a operadora Vivo, ao comparar o uso excessivo do celular a um relacionamento abusivo, toca numa ferida coletiva: trocamos o espelho pelo filtro, as conversas pelo scroll infinito, as histórias pessoais pelos stories. Ainda que campanhas como essa sirvam à estratégias de posicionamento de marca, elas apontam para uma mudança relevante: a responsabilidade por garantir o uso seguro da tecnologia é coletiva.

É nesse contexto que precisamos firmar o nosso pacto. Como sociedade, devemos pensar em estratégias coletivas para promover a proteção, a provisão e a participação das crianças. Certamente, um problema com essa complexidade, em um

país marcado por realidades distintas, exige soluções igualmente complexas, cujos esforços devem partir das famílias e cuidadores, das instituições de ensino, do Estado, da sociedade civil e, principalmente, das plataformas digitais.

A morte de Sarah não é um caso isolado, mas o sintoma de uma cultura que comercializa a infância, transforma brincadeira em risco, tempo em dado, curiosidade em mercadoria. A urgência de educar para o uso crítico das mídias digitais não é só uma pauta pedagógica: é um imperativo ético e social.

Nesse cenário, o *Guia Crianças, adolescentes e telas: guia sobre usos de dispositivos digitais*, lançado pelo governo federal este ano, surge como uma ferramenta potente, oferecendo estratégias tangíveis para equilibrar o uso das telas e reduzir os riscos. Mas o caminho ainda é longo, e há muito a se fazer, sobretudo para que informações e ações de uma educação voltada para as mídias alcancem as distintas infâncias deste país. Os esforços se somam, mas como competir com as engrenagens algorítmicas e os modelos de negócio das plataformas que lucram com a permanência das nossas crianças diante das telas?

Quando uma brincadeira vira tragédia, revela-se o reflexo de um sistema que tem falhado em proteger as crianças. E nós, como mães, nos solidarizamos profundamente com a família de Sarah Raissa e com todas aquelas que carregam dores semelhantes, irreparáveis. Como pesquisadoras e educadoras, também nos responsabilizamos por transformar essa dor em mobilização, assumindo o compromisso de buscar caminhos que tornem as infâncias mais seguras. Mas essa tarefa não é só nossa, lembrem-se: deve ser um pacto coletivo. Por Sarah Raissa e por todas as crianças que precisamos proteger.

## Pepe Mujica, o jardineiro da utopia latino-americana



» GUSTAVO MENON  
Docente de relações internacionais na Universidade Católica de Brasília e no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da USP

Poucos líderes e chefes de Estado encarnaram com tanta fidelidade o que professavam quanto José Pepe Mujica. O ex-presidente da República Oriental do Uruguai deixa um legado profundo, marcado pela ética, coerência e compromisso inabalável com a justiça social e a transformação política.

Desde sua juventude, Mujica foi protagonista das lutas de seu tempo. Como fundador do Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros, enfrentou a ditadura militar uruguaia, pagando um preço altíssimo que apenas pessoas revolucionárias podem suportar: mais de 10 anos de prisão, tortura e isolamento extremo, experiências que moldaram seu caráter e sua visão de mundo. Libertado com o movimento de anistia de 1985, tornou-se símbolo da redemocratização uruguaia e da capacidade de superação e de diálogo entre as esquerdas latino-americanas.

No governo, Mujica se destacou por sua vida austera e por rejeitar os privilégios do cargo: morava em uma chácara simples, dirigia seu fusca azul e doava a maior parte do salário a causas sociais. Sua postura, incomum entre chefes de Estado, tornou-se referência global de integridade e desapego material. Como presidente (2010-2015), liderou reformas progressistas históricas, como a descriminalização do uso maconha, a aprovação da união homoafetiva, e colocou o Uruguai na vanguarda dos direitos civis e das políticas sociais. Sob seu governo, o país avançou no combate à pobreza, na ampliação do acesso à saúde e à educação e consolidou-se como uma das democracias mais sólidas do continente.

Mujica foi também voz ativa em defesa da integração latino-americana e do papel do Sul Global na reconfiguração das estruturas de poder internacional. Suas críticas ao consumismo, à desigualdade e à lógica neoliberal ecoaram em fóruns mundiais, inspirando movimentos sociais e lideranças progressistas em todo o mundo. Em sua autocrítica, reconhecia os limites da política, mas insistia na necessidade de sonhar com uma humanidade mais solidária e reconectada com o espírito da fraternidade.

Para as esquerdas latino-americanas, Mujica deixa o exemplo de uma política feita com honestidade, autocrítica e proximidade com o povo. Defendeu que a esquerda precisa se renovar, dialogar com as mudanças do tempo e manter viva a esperança de um mundo mais justo, pautado por uma ética do bem-viver. Nos seus últimos projetos, propôs a criação do Dia da Amazônia para toda a América do Sul.

Ao mesmo tempo, em sua trajetória nos ensinou que a verdadeira força política está na capacidade de resistir, de transformar a dor em resistência e de manter a coerência mesmo diante de derrotas e adversidades.

Em uma de suas passagens pela Assembleia Geral das Nações Unidas, Mujica declarou: "Temos sacrificado os velhos deuses imateriais e ocupamos o templo com o deus mercado. Ele organiza a economia, a política, os hábitos, a vida e até mesmo nos financia, em parcelas e cartões, a aparência de felicidade. Parece que nascemos só para consumir e consumir e, quando não podemos, há a frustração, a pobreza e a autoexclusão".

A crítica de Mujica sempre recaiu sobre a dinâmica do modo de produção capitalista e seu modelo civilizatório, destacando o caráter exploratório das relações de poder contemporâneas e os efeitos perversos de desumanização.

Em um tempo marcado por diferentes conflagrações, guerras, a ascensão de projetos de extrema-direita e disputas comerciais que afetam as relações internacionais, é importante ressaltar que Pepe Mujica foi um símbolo da luta revolucionária latino-americana. Sua trajetória inspira gerações por sua coragem, coerência e compromisso com a justiça social e com a construção de um mundo em que se faz necessário radicalizar valores plenamente democráticos.

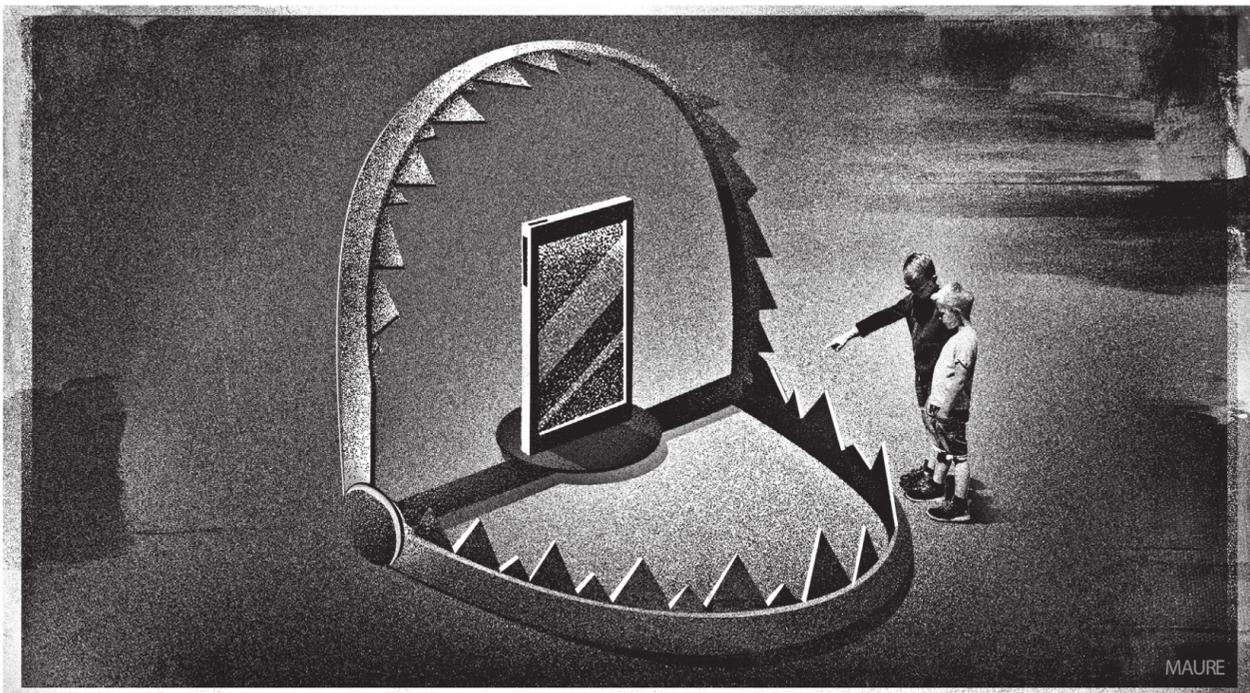
A vida, a obra e a história de Pepe são sementes lançadas em solo vilipendiado: trata-se de um convite à simplicidade, à resistência e à esperança. Mujica foi, e seguirá sendo, o jardineiro da utopia latino-americana.

» RENATA OTHON E CARINA FLEXOR  
Professoras da FAC-UnB. Respectivamente, pesquisadora e coordenadora do projeto Letramento Transmídia, Práticas Comunicacionais e as Realidades Brasileiras

Somos docentes do campo da comunicação, com acesso às discussões mais atuais sobre as mídias digitais e seus impactos sobre o tecido social. Entretanto, antes da dedicação ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária, nos empenhamos ao árduo — e prazeroso — ofício de sermos mães. Mães que observam com atenção, e muitas vezes com angústia, as transformações que atravessam as infâncias em tempos de telas.

Investigamos os efeitos das plataformas mediadas por algoritmos e as lógicas da economia da atenção que, notadamente, têm fisgado todos nós — inclusive as nossas crianças. Entretanto, nossas vivências mais profundas nascem do chão da sala de nossas casas, do parquinho e das conversas antes de dormir. É desse lugar duplo — da ciência e do cuidado — que partimos para refletir sobre os modos de brincar que emergem em um mundo mediado pelas tecnologias.

O isolamento social decorrente da pandemia mergulhou as crianças nas telas, forçando-as a reinventar brincadeiras e modos de socialização.



## COP30: desafios e oportunidades para o Brasil



» JOÃO DORIA  
Empresário, ex-prefeito e ex-governador de São Paulo

A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas — a COP30, marcada para novembro de 2025 em Belém, no Pará, coloca o Brasil no epicentro das discussões sobre sustentabilidade, um dos principais desafios globais do mundo atual. Sediado o evento será uma oportunidade histórica para o Brasil. O país deve não apenas liderar as negociações climáticas, mas também mostrar ao planeta que é possível conciliar crescimento econômico com sustentabilidade ambiental.

Para que essa agenda positiva se efetive na prática, é preciso clareza nas prioridades e alinhamento entre diversos setores da sociedade.

O primeiro ponto a ser destacado é a preservação da Amazônia, que ocupa 60% do território brasileiro. A região é um dos maiores reservatórios de biodiversidade do planeta, desempenhando papel fundamental na regulação do clima mundial. O Brasil precisa lidar com o complexo equilíbrio entre a preservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico de uma região que ainda enfrenta enormes desafios de pobreza e desigualdade.

Atender aos interesses legítimos das populações locais é mais do que um desafio, é um dever do governo brasileiro, aliás, de todos nós.

Essas oportunidades vêm com a riqueza natural do Brasil, que inclui recursos essenciais para a transição energética global, como minérios raros e uma matriz energética limpa, com destaque para hidrelétricas e biocombustíveis. O país tem condições de liderar essa transição, mas, para que isso aconteça, é necessário que os recursos naturais se convertam em benefícios econômicos sustentáveis, respeitando os compromissos climáticos. E atendendo principalmente a população mais vulnerável do país.

O Brasil assumiu, por meio do NDC — Contribuição Nacionalmente Determinada, o compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 67% até 2035, em relação aos níveis de 2005. Esse compromisso está alinhado com o Acordo de Paris, mas sua efetividade dependerá de um pacto nacional, que envolve governo, iniciativa privada e sociedade civil.

Ao liderar a organização da COP em Belém, o competente governador do Pará, Helder Barbalho oferece acertadamente uma amostra de como esse alinhamento entre os setores da sociedade é importante. Para adaptar a cidade de Belém para receber cerca de 40 mil visitantes para o evento, Helder buscou recursos públicos para as obras, motivou a iniciativa privada, reorganizou a cidade e vem preparando a população paraense. Mesmo com todo esse esforço, o governador Helder sabe

os problemas que vai enfrentar na COP.

O Brasil tem a responsabilidade de concretizar compromissos como a rastreabilidade da produção agropecuária, uma estratégia fundamental para garantir que a agricultura brasileira não contribua para o desmatamento ilegal. Já a indústria precisa adotar tecnologias limpas e uma matriz energética que contribua para a descarbonização.

O financiamento da transição climática é outra questão importante, especialmente diante das dificuldades fiscais globais. No entanto, a criação de um mercado global de carbono pode ser uma solução viável. Esse mercado permitiria que países e empresas compensassem suas emissões por meio de investimentos em tecnologias limpas. E há clara disposição do setor produtivo em colaborar.

O Brasil, com sua abundante oferta de energia renovável, pode se tornar um grande exportador de produtos energéticos de baixo carbono, como hidrogênio verde e combustíveis sustentáveis para a aviação. Isso não só contribuirá para o combate às mudanças climáticas, mas também abrirá novas perspectivas de crescimento econômico para o país.

Nesse cenário, o Brasil tem potencial para transformar os desafios climáticos em novas oportunidades de crescimento sustentável. Essa conferência será uma vitrine global para demonstrar nosso compromisso com o futuro do planeta, provando que, diante do maior desafio do século 21, o Brasil é parte da solução. Não podemos perder essa vaga na história.